



SIMULADO PC-ES - DELEGADO DE POLÍCIA

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso da PC-ES para o cargo de **Delegado**;
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora do certame, o Instituto Acesso;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – Depois que você finalizar as questões, acesse a página principal do site do Estratégia Concursos. Lá, terá um artigo contendo um link para você preencher o seu gabarito no formulário;
- 7 – **O formulário para o preenchimento do Gabarito ficará disponível a partir das 10h30**, após duas horas de prova;
- 8 – Preencha com cuidado as respostas e aguarde o sistema processar a sua Nota Final no simulado.
- 9 – Nosso sistema tem um prazo e o fechamento do Gabarito Eletrônico. Por isso, você só tem até às 13h para preencher o formulário e participar do Ranking;
- 10 – O Ranking Classificatório com os resultados será divulgado após o início da Correção do Simulado.
- 11 - **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PROVA OBJETIVA

Direito Penal

Questão 01

João da Silva constrangeu sua ex-companheira, ameaçando-a, inclusive de morte, e à sua família, a fim de obter vantagens indevidas, consistentes no recebimento do valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões), objeto de anterior acordo com a vítima em razão de dissolução de união estável, em um primeiro momento, em um número de parcelas significativamente menor do que o originariamente pactuado, e em um segundo momento, à vista. A conduta de João da Silva configura o crime de:

- A) roubo impróprio.
- B) apropriação indébita.
- C) estelionato.
- D) extorsão.
- E) constrangimento ilegal.

Questão 02

Assinale a alternativa correta sobre os crimes contra a dignidade sexual:

- A) No caso dos crimes contra a liberdade sexual, em se tratando de vítima maior de idade, procede-se mediante ação penal público condicionada à representação.
- B) O crime de importunação sexual é expressamente subsidiário.
- C) No crime de assédio sexual, a pena é duplicada se a vítima for menor de 18 anos.
- D) O estupro corretivo é uma forma qualificada do delito.
- E) O consentimento da vítima afasta o crime de estupro de vulnerável no caso de vítima que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

Questão 03

Assinale a alternativa INCORRETA, conforme entendimento sumulado do STJ:

- A) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, desde que o Tribunal do Júri não venha a desclassificar o crime.
- B) O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.
- C) A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- D) O tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o máximo da pena abstratamente cominada para o crime.
- E) O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública.

Questão 04

Madalena ingressou em uma residência, durante a madrugada, e colocou várias joias que encontrou em sua mochila. Quando estava saindo com os bens subtraídos, a dona da residência, Joana, acordou e falou para ela deixar as coisas onde estavam, ocasião em que ela derrubou a vítima no chão, usou a chave que estava na fechadura, trancou a porta da casa com a dona dentro e foi embora. Madalena deve responder:

- A) por furto majorado, por ter tido praticado durante o repouso noturno.
- B) por furto majorado, por ter sido praticado durante o repouso noturno, em concurso com a contravenção penal de vias de fato.
- C) por roubo impróprio.
- D) por roubo próprio.
- E) por extorsão.



Questão 05

Assinale a alternativa correta sobre a lei penal e sua interpretação:

- A) A medida provisória, por ter força de lei, pode veicular tipos penais.
- B) Considera-se o crime praticado no momento da ação ou da omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- C) A lei que não mais considera o fato como criminoso não retroage.
- D) Após o trânsito em julgado, a superveniência de lei mais benéfica deve ser objeto de revisão criminal para aplicação ao executado.
- E) A Lei penal aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência, desde que ela não seja mais gravosa.

Questão 06

Sobre os crimes contra a honra, responda a alternativa correta:

- A) Maria, que não gosta do seu vizinho Pedro, falou que ele foi o responsável pelo furto ocorrido na universidade pública local. Ela, portanto, praticou o crime de difamação.
- B) Sebastião, procurando se vingar da família Ferreira, disse que Sérgio Ferreira, o patriarca, já falecido, havia matado a própria esposa envenenada. Praticou, portanto, o crime de calúnia, mesmo tendo imputado o delito a um indivíduo já morto.
- C) No caso de crime contra a honra de funcionário público, em razão do exercício de suas funções, o crime é de ação penal pública condicionada à representação, não cabendo ação penal privada.
- D) não se admite a exceção da verdade no caso de imputação de crime cuja punibilidade já se extinguiu, mesmo se de ação penal pública incondicionada.
- E) admite-se a exceção da verdade no caso de injúria.

Questão 07

Assinale a alternativa INCORRETA sobre concurso de crimes e continuidade delitiva:

- A) no caso de concurso formal próprio, será cabível a suspensão condicional do processo se a pena mínima cominada não ultrapassar um ano, não se considerando, para esse fim, a incidência da majorante.
- B) Segundo a Exposição de Motivos, o Código Penal adotou a teoria objetiva para o reconhecimento do crime continuado. Entretanto, a jurisprudência tem exigido também o elemento subjetivo para sua configuração, que entende estar implícito na lei.
- C) Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.
- D) Apesar de previstos no mesmo artigo do Código Penal, o STJ não admite continuidade delitiva entre o roubo e o latrocínio.
- E) É possível o reconhecimento da continuidade delitiva no caso de crimes dolosos cometidos com violência à pessoa, contra vítimas diferentes, caso em que se pode aplicar a pena de um dos crimes, se iguais, até o triplo.

Questão 08

Zé Perigo, mediante grave ameaça, exercida com um pedaço de caco de vidro, subtraiu um relógio de ouro e a carteira de Rafael. Logo após, exigiu que a vítima lhe fornecesse sua senha do cartão de crédito. Assinale a alternativa que mencione o(s) delito(s) praticado(s) por Zé Perigo:

- A) roubo, apenas.
- B) dois crimes de roubo, em concurso material.
- C) extorsão, apenas.
- D) roubo e extorsão, em concurso material.
- E) roubo e extorsão, em concurso formal.



Questão 09

Sobre homologação de sentença penal estrangeira, assinale a alternativa CORRETA:

- A) a homologação de sentença estrangeira para execução de prestação de serviços à comunidade depende de requisição do Ministro da Justiça.
- B) deve haver pedido do interessado para que se homologue a sentença para obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições ou a outros efeitos civis.
- C) para que se homologue sentença penal estrangeira para imposição de medida de segurança, é imprescindível que haja tratado de extradição com o país de cuja autoridade emanou a sentença.
- D) A homologação da sentença penal estrangeira para a imposição da perda de bens de valores pode ser realizada de ofício.
- E) A competência para homologação de sentença penal estrangeira é do STF.

Questão 10

Assinale a alternativa INCORRETA, conforme prevê o Código Penal:

- A) A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.
- B) Desprezam-se, nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direitos, as frações de dia.
- C) O dia do começo exclui-se do cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.
- D) As regras gerais do Código Penal aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial, se esta não dispuser de modo diverso.
- E) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.

Questão 11

Assinale a alternativa INCORRETA sobre a teoria do crime:

- A) O Código Penal adotou a teoria da equivalência dos antecedentes quanto ao nexo causal.
- B) No finalismo, entende-se que o dolo é natural.
- C) Para o causalismo, o elemento subjetivo do tipo faz parte da conduta.
- D) Segundo a teoria da imputação objetiva, a análise do nexo causal envolve a causação de um risco proibido ao bem jurídico.
- E) A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.

Questão 12

Assinale a alternativa CORRETA sobre as excludentes de ilicitude:

- A) O Código Penal adotou a teoria unitária quanto à configuração do estado de necessidade. B) É cabível a invocação do estado de necessidade por quem tem o dever de encarar o perigo.
- C) Exige-se o chamado *commodus discessus*, no caso de injusta agressão. Ou seja, podendo a vítima fugir, ela não pode ficar e alegar legítima defesa.
- D) É cabível legítima defesa real contra legítima defesa real.
- E) Excesso extensivo é aquele que se relaciona com os meios utilizados para repelir a agressão ou ao grau de sua utilização.

Questão 13

Assinale a alternativa CORRETA sobre prescrição:

- A) O período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada.
- B) Conforme entendimento do STJ, o acórdão confirmatório da condenação constitui marco interruptivo da prescrição.
- C) A reincidência implica no aumento de um terço no prazo da prescrição da pretensão punitiva.



D) É admissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.

E) O prazo prescricional é reduzido pela metade quando o criminoso for, na data da sentença, menor de 21 anos.

Questão 14

Segundo a legislação e a jurisprudência sobre o crime de aborto, assinale a alternativa correta:

A) Não se pune o crime praticado por qualquer profissional da saúde se não houver outro meio de salvar a vida da gestante.

B) O aborto realizado em vítima de estupro não é punível, sendo que o consentimento deve ser dado por ela, vedada a autorização de parentes.

C) A pesquisa com células tronco pode configurar o crime de aborto.

D) A doutrina majoritária entende que o crime de autoaborto é de mão própria, não admitindo a coautoria.

E) O STF já decidiu que o crime de aborto não se configura no caso de feto com microcefalia.

Questão 15

Assinale a alternativa INCORRETA sobre o homicídio:

A) São meios que qualificam o crime: emprego de veneno, fogo, explosivo e asfixia.

B) O perdão judicial concedido para o agente que praticou homicídio culposo não impede que ele seja considerado reincidente no caso da prática de novo delito.

C) O feminicídio é a forma qualificada do homicídio que incide se o delito for praticado por razões da condição do sexo feminino.

D) A majorante no caso de o feminicídio ser praticado na presença de ascendente da vítima incide se este assistir à execução do delito por meio de chamada de vídeo.

E) O homicídio qualificado privilegiado não é considerado hediondo, nos termos da jurisprudência do STJ.

Questão 16

Assinale a hipótese que configura a chamada lesão corporal gravíssima, cuja pena é de dois a oito anos de reclusão:

A) Se resulta incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias.

B) Se resulta debilidade permanente de membro, sentido ou função.

C) Se resulta perigo de vida.

D) Se resulta aceleração de parto.

E) Se resulta deformidade permanente.

Direito Processual Penal

Questão 17

Nos crimes contra a liberdade sexual e crimes sexuais contra vulnerável (Capítulos I e II do Título VI do Código Penal), a natureza da ação penal é:

A) pública incondicionada;

B) pública condicionada à representação da vítima ou eventual representante legal;

C) de iniciativa privada personalíssima;

D) pública condicionada à requisição;

E) privada subsidiária da pública.

Questão 18

Assinale a alternativa correta quanto ao instituto da *retratação* nas ações penais públicas condicionadas à representação da vítima ou representante legal:

A) a representação é retratável a qualquer tempo durante o processo, desde que antes da prolação da sentença;

B) a representação é retratável a qualquer tempo durante o processo, desde que antes do trânsito em julgado da sentença;

C) a representação é irretratável em todos os casos;

D) a representação é irretratável, depois de oferecida a denúncia;

E) a representação é irretratável, depois de recebida a denúncia.



Questão 19

Acerca da instauração do inquérito policial, assinale a alternativa correta:

- A) nos crimes em que a ação pública depender de representação, o inquérito poderá sem ela ser iniciado.
- B) nos crimes de ação privada, a autoridade policial poderá proceder a inquérito independentemente de requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la;
- C) o auto de prisão em flagrante não representa forma de instauração do inquérito policial;
- D) o inquérito policial não poderá ser iniciado mediante requisição do Ministério Público;
- E) tem sido admitida, na jurisprudência dos tribunais superiores, a instauração de inquérito em decorrência de *delatio criminis* anônima, tanto que precedida de sumária investigação preliminar sobre a plausibilidade.

Questão 20

Sobre o arquivamento de inquéritos policiais, assinale a alternativa correta;

- A) o arquivamento constitui faculdade conferida à autoridade policial;
- B) por ser um procedimento dispensável, não se admite, no ordenamento jurídico brasileiro, o desarquivamento de inquéritos policiais;
- C) o inquérito arquivado por falta de base para denúncia poderá ser desarquivado, caso a autoridade policial tome conhecimento de outras provas;
- D) se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz submeterá os autos ao Tribunal de Justiça para que decida sobre a continuidade ou não do procedimento;
- E) se o órgão do Ministério Público, na condição de 'dominus litis', ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, mesmo que discorde, nada poderá fazer senão determinar o arquivamento definitivo.

Questão 21

Sobre a prisão em flagrante, assinale a alternativa correta:

- A) o flagrante impróprio ocorre quando o agente é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração;
- B) admite-se no ordenamento jurídico brasileiro o denominado "flagrante preparado ou provocado";
- C) nas infrações permanentes, enquanto não cessar a sua permanência, estará o agente em flagrante delito;
- D) não se admite a prisão em flagrante nos crimes continuados;
- E) apenas a autoridade policial e seus agentes podem figurar como sujeito ativo de prisões em flagrante, sendo vedado que alguém do povo exerça esse papel;

Questão 22

Sobre a fiança, assinale a alternativa correta:

- A) o quebramento injustificado da fiança importará na perda da integralidade do seu valor;
- B) o acusado que não se apresentar para o início do cumprimento da pena definitivamente imposta estará sujeito à perda da fiança;
- C) a fiança deve ser prestada em dinheiro, não se admitindo outras formas de apresentação dessa garantia;
- D) o limite temporal para a prestação da fiança é o oferecimento da denúncia;
- E) a autoridade policial não poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima seja igual a 4 (quatro) anos;

Questão 23

A respeito da teoria geral das provas no processo penal, é correto afirmar:

- A) quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.



B) o juiz estará adstrito ao laudo elaborado pelos peritos, não podendo decidir contrariamente ao resultado da perícia;

C) o juiz só poderá determinar a produção antecipada de provas urgentes e relevantes após iniciada a ação penal;

D) são inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras;

E) na falta de perito oficial, o exame será realizado por 3 (três) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

Questão 24

Sobre a prisão preventiva, assinale a alternativa correta:

A) é incabível nos casos de apresentação espontânea por parte do autor do crime;

B) não se aplica à infração a que não for isolada, cumulativa ou alternativamente cominada pena privativa de liberdade;

C) pode ser decretada, ordinariamente, em sede de crime culposos;

D) pode ser decretada pelo juiz, de ofício, antes do início da ação penal;

E) não será admitida quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la.

Questão 25

Sobre a ação penal, assinale a alternativa correta:

A) a perempção pode atingir tanto as ações penais de iniciativa privada quanto as ações penais públicas condicionadas à representação;

B) o perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, inclusive aos que o recusarem;

C) o Ministério Público pode desistir da ação penal;

D) a renúncia ao direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá;

E) por constituir elemento indispensável, deverá ser rejeitada a denúncia que não apresentar rol de testemunhas.

Questão 26

Segundo os entendimentos sumulados dos tribunais superiores a respeito do procedimento do Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta:

A) a competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual;

B) é relativa a nulidade do julgamento, pelo júri, por falta de quesito obrigatório;

C) é admitido o julgamento ulterior pelo júri com a participação de jurado que funcionou em julgamento anterior do mesmo processo;

D) não é nula a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do júri sem audiência da defesa;

E) a alegação de constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução não fica superada pela pronúncia do réu.

Questão 27

Sobre os procedimentos processuais penais, assinale a alternativa correta:

A) o procedimento comum sumário será adotado quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade;

B) a falta de justa causa para o exercício da ação penal não constitui hipótese de rejeição da denúncia;

C) mesmo que o juiz verifique estar extinta a punibilidade do agente, não poderá absolvê-lo sumariamente após a apresentação de resposta à acusação pela defesa;

D) o juiz que presidiu a instrução deverá proferir a sentença;

E) há vedação legal à aplicação subsidiária das disposições do procedimento ordinário aos procedimentos especial, sumário e sumaríssimo.



Questão 28

Sobre as provas no processo penal, assinale a alternativa correta:

- A) a confissão será indivisível e irretratável;
- B) o silêncio do acusado não importará em confissão e não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa;
- C) uma vez interrogado, não se admite novo interrogatório do acusado;
- D) em nenhum caso permitirá o juiz que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais;
- E) a lei não admite acareação entre acusados, mesmo que divirjam, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes.

Questão 29

Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores a respeito das comunicações processuais e nulidades, assinale a alternativa correta:

- A) é relativa a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha;
- B) é nula a citação por edital de réu preso em unidade da federação vizinha àquela em que o juiz exerce a sua jurisdição;
- C) a nomeação de defensor dativo supre a nulidade por falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia;
- D) é indispensável a intimação da defesa da data da audiência no juízo deprecado, mesmo que já tenha sido intimada da expedição da carta precatória;
- E) é nula a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, embora não transcreva a denúncia ou queixa, ou não resuma os fatos em que se baseia.

Questão 30

Sobre a competência no processo penal, nos termos da jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta:

- A) a utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Estadual.
- B) compete à Justiça Estadual processar e julgar crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista;
- C) a conexão determina a reunião dos processos, mesmo que um deles já tenha sido julgado;
- D) compete ao foro do local da emissão processar e julgar o crime de estelionato mediante cheque sem provisão de fundos;
- E) compete à Justiça Federal o processamento e julgamento de contravenções penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades.

Legislação Penal e Processual Penal

Questão 31

Aponte a alternativa abaixo que contém um delito hediondo:

- A) homicídio simples
- B) extorsão simples
- C) porte de arma de fogo de uso permitido
- D) estupro simples
- E) lesão corporal simples praticada contra integrantes do sistema prisional

Questão 32

Nos termos da Lei 4.898/65, constitui abuso de autoridade:

- A) ordenar ou executar medida privativa da liberdade coletiva, sem as formalidades legais ou com abuso de poder.
- B) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento, mesmo que autorizado por lei.
- C) deixar de comunicar, em 5 dias, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa.
- D) deixar o Juiz de requerer o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada



E) levar à prisão e nela deter quem quer que se proponha a prestar fiança, permitida em lei

Questão 33

São características do conceito de terrorismo:

- A) O concurso necessário de agentes.
- B) O ato terrorista pode ser motivado por xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, ficando as questões religiosas for a da tutela penal específica.
- C) Os atos terroristas precisam ter uma finalidade.
- D) Trata-se de um crime material que deixa vestígios.
- E) O terrorismo pode expor a perigo qualquer bem jurídico, desde que possua amparo constitucional.

Questão 34

São formas de violência contra a mulher expressas na Lei Maria da Penal (11.340/2006), exceto:

- A) sexual
- B) patrimonial
- C) moral
- D) física
- E) religiosa

Questão 35

Aponte um benefício penal ou processual penal que não esteja expresso no rito especial do Juizado Especial Criminal:

- A) suspensão condicional da pena
- B) lesão corporal leve condicionada à representação do ofendido
- C) composição civil dos danos
- D) transação penal
- E) suspensão condicional do processo

Questão 36

Quais desses crimes não está no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003):

- A) discriminar pessoa idosa impedindo o seu acesso a operações bancárias.
- B) humilhar pessoa idosa por qualquer motivo.
- C) estelionato majorado pela vulnerabilidade da vítima idosa.
- D) abandonar o idoso em hospitais.
- E) negar emprego a alguém pela idade.

Questão 37

Qual das alternativas abaixo não permite a identificação criminal quando a pessoa está civilmente identificada:

- A) o documento apresentar rasura.
- B) constar dos registros policiais o uso de outros nomes.
- C) o estado de conservação do documento estiver ruim.
- D) o documento for de estrangeiro.
- E) o documento apresentado for insuficiente para identificar cabalmente o indiciado.

Questão 38

A atual lei de lavagem de capitais, bens e valores, vigente em nosso ordenamento jurídico é de:

- A) primeira geração
- B) segunda geração
- C) terceira geração
- D) quarta geração
- E) quinta geração



Questão 39

Sobre a tortura castigo, aponte a alternativa que possui um requisito não previsto na Lei 9.455/97:

- A) a finalidade de obter confissão é um dos objetivos do torturador.
- B) o emprego da grave ameaça é suficiente, não sendo necessária a violência.
- C) o torturador possui finalidade específica.
- D) a pessoa torturada precisa estar sob a guarda, poder ou autoridade de outrem.
- E) faz-se necessário o intenso sofrimento físico ou mental.

Questão 40

Sobre o crime de porte ou posse ilegal de arma de fogo, qual das condutas abaixo não integra seu rol previsto no *caput* do art. 16:

- A) possuir
- B) utilizar
- C) ocultar
- D) remeter
- E) ceder

Questão 41

Pela legislação penal ambiental, não integra a tutela penal do meio ambiente:

- A) a responsabilidade penal dos entes coletivos.
- B) a sursis para delitos com pena de até 3 anos.
- C) a pena de dissolução forçada da pessoa jurídica.
- D) o baixo grau de instrução ou escolaridade do agente afastam a responsabilidade penal.
- E) o delito de conspiração do patrimônio cultural.

Questão 42

A Lei dos Crimes Hediondos possui regras mais rigorosas que as gerais para os delitos ali previstos. Sobre a Lei 8.072/90, aponte a alternativa que corresponde a seu conteúdo:

- A) O tipo penal de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança

ou adolescente ou de vulnerável não integra o rol previsto no art. 1.º

- B) O terrorismo, por ser crimes hediondo, é insuscetível de fiança, graça, anistia e indulto.
- C) A prisão temporária, nos crimes previstos nessa Lei, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- D) Será de três a seis anos de reclusão a pena prevista para a organização criminosa, quando se tratar de crimes hediondos, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ou terrorismo.
- E) O participante e o associado que denunciar à autoridade o bando ou quadrilha, possibilitando seu desmantelamento, terá o perdão judicial.

Direito Administrativo

Questão 43

Os séculos XIX e XX foram bastante importantes para o desenvolvimento e fixação do Direito Administrativo como um importante ramo do Direito. Acerca dos temas introdutórios do Direito Administrativo, assinale a alternativa incorreta.

- A) A escola do serviço público foca na estrutura da Administração Pública e em seu regime jurídico, diferentemente da escola da "puissance publique" que foca na função social do setor público e no cumprimento de sua finalidade.
- B) Léon Duguit, Gaston Jéze e Roger Bonnard são alguns dos expoentes da Escola do Serviço Público.
- C) Maurice Hauriou, Fermín Laferrière e Maurice Block são alguns dos expoentes da Escola da "puissance publique".
- D) A escola do serviço público possui como origem o julgamento pelo Conselho do Estado francês do caso da menina Agnès Blanco, em 1873, e a partir do qual o elemento de fixação de competência para julgamento pela jurisdição administrativa francesa passou a ser a execução ou não de serviço público.
- E) Tradicionalmente, a doutrina aponta a lei, a doutrina, a jurisprudência e os costumes como as principais fontes do Direito Administrativo.



Questão 44

Assinale a alternativa incorreta acerca do Regime Jurídico Administrativo.

A) O princípio da participação é um princípio expresso no artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - CRFB e deve ser observado pela Administração Pública.

B) Aplica-se a Teoria do Fato Consumado a casos nos quais se pleiteia a permanência em cargo público, cuja posse tenha ocorrido de forma precária, em razão de decisão judicial não definitiva.

C) Segundo parte da doutrina, as "pedras de toque" do regime jurídico administrativo são os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado e o da indisponibilidade do interesse público pela Administração.

D) A Lei nº 9.784, de 1999, autoriza a motivação "aliunde" ou "per relationem", que consiste em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

E) Administração Pública em sentido subjetivo, formal ou orgânico trata do conjunto de agentes, órgãos e pessoas jurídicas que exercem a função administrativa.

Questão 45

De acordo com a Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), assinale a alternativa incorreta.

A) A exploração de atividade econômica pelo Estado será exercida por meio de empresa pública, de sociedade de economia mista e de suas subsidiárias.

B) Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.

C) Não se admite, no capital da empresa pública, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

D) Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.

E) Prescreve em 6 (seis) anos, contados da data da prática do ato abusivo, a ação de reparação contra o acionista controlador da empresa pública e da sociedade de economia mista pelos atos praticados com abuso de poder.

Questão 46

Quanto aos atos administrativos, a doutrina fixa em 5 os seus elementos ou requisitos. Ainda acerca do tema atos administrativo, o direito positivo, por meio da Lei de Ação Popular (Lei nº 4.717, de 1965), estabelece que um ato é nulo, entre outros casos, quando a matéria de fato ou de direito, em que aquele se fundamenta, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido. Essa fundamentação para nulidade é relativa a:

A) competência

B) forma

C) objeto

D) motivo

E) finalidade

Questão 47

De acordo com a Doutrina e a Jurisprudência, o Poder de Polícia possui quatro fase ou etapas. Nessa linha, assinale a alternativa correta em linha com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

A) O Poder de Polícia não pode ser delegado aos particulares.

B) Todas as fases do Poder de Polícia podem ser delegadas aos particulares.

C) Apenas a fase consentimento do Poder de Polícia pode ser delegada aos particulares.

D) Apenas as fases legislação e sanção do Poder de Polícia podem ser delegadas aos particulares.



E) Apenas as fases consentimento e fiscalização do Poder de Polícia podem ser delegadas aos particulares.

Questão 48

As concessionárias de serviços públicos, de direito público e privado, nos Estados e no Distrito Federal, são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de:

- A) 2 datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos
- B) 3 datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos
- C) 6 datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos
- D) 10 datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos
- E) 12 datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos

Questão 49

Assinale a alternativa incorreta acerca do Direito Administrativo no plano constitucional.

- A) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.
- B) Compete privativamente à União legislar sobre desapropriação.
- C) É facultado ao Poder Público Municipal, para o cumprimento da função social da propriedade urbana, utilizar como um dos instrumento indutores a desapropriação de imóvel não edificado, subutilizado ou não utilizado com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- D) Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da

dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

E) Desde que cumpridos os requisitos Constitucionais, são suscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra e a propriedade produtiva.

Questão 50

De acordo com a modalidade pregão de licitação e sua previsão legal, não havendo outro fixado no edital, o prazo de validade das propostas será de:

- A) 10 dias
- B) 30 dias
- C) 60 dias
- D) 180 dias
- E) 1 ano

Questão 51

Acerca dos contratos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) A duração dos contratos relativos ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática pode ser de até 48 (quarenta e oito) meses
- B) Uma das cláusulas exorbitantes do contrato administrativo é a possibilidade de a Administração Pública fiscalizar a sua execução.
- C) A nulidade do contrato administrativo não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- D) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 10% do limite legal.
- E) O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais,



poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

Questão 52

Acerca do controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta com base na jurisprudência do STF.

A) A administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

B) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

C) A Administração Pública não pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

D) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévio de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo, desde que seja para segunda instância.

E) Pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para o mandado de segurança.

Questão 53

Quanto ao teto remuneratório no setor público, a Constituição autoriza a fixação do subteto único nos Estados correspondente ao subsídio mensal dos desembargadores do Tribunal de Justiça, para todo e qualquer servidor de qualquer poder:

A) sem exceção.

B) ficando de fora desse subteto apenas o subsídio dos deputados.

C) ficando de fora desse subteto o subsídio dos deputados e do governador.

D) podendo a lei desvincular o subteto dos servidores da Justiça e o subsídio mensal dos desembargadores do Tribunal de Justiça.

E) podendo a lei criar o subteto do subteto.

Questão 54

Acerca dos Bens Públicos, assinale a alternativa incorreta.

A) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

B) São bens públicos os de uso comum do povo, os de uso especial e os dominicais.

C) Os bens públicos dominicais, de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

D) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

E) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

Questão 55

Acerca da Responsabilidade Extracontratual do Estado, assinale a alternativa incorreta com base no ordenamento jurídico e na jurisprudência.

A) A omissão no dever legal de fiscalizar a atividade de comercialização de fogos de artifício, se dano acarretar a terceiro em virtude dessa conduta omissiva específica, gera a responsabilização objetiva do Estado.

B) Considerando que é dever do Estado, imposto pelo sistema normativo, manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico, é de sua responsabilidade, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição, a obrigação de ressarcir os danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento.

C) A responsabilidade civil estatal, segundo a CF/1988, em seu art. 37, § 6º, subsume-se à teoria do risco administrativo, tanto para as condutas estatais comissivas quanto para as omissivas, posto rejeitada a teoria do risco integral.



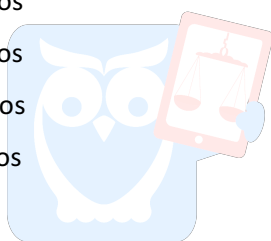
D) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva somente a terceiros usuários, segundo decorre do art. 37, § 6º, da CF.

E) A teor do disposto no artigo 37, § 6º, da CF, há responsabilidade civil de pessoa jurídica prestadora de serviço público em razão de dano decorrente de crime de furto praticado em posto de pesagem, considerada a omissão no dever de vigilância e falha na prestação e organização do serviço.

Questão 56

Acerca do tema Improbidade Administrativa assinale a alternativa que indica o limite mínimo de tempo em que o autor do ato que tenha importado em enriquecimento ilícito poderá ter seus direitos políticos suspensos.

- A) 10 anos
- B) 8 anos
- C) 5 anos
- D) 3 anos
- E) 6 anos



Estratégia
CARREIRA JUDICIÁRIA

Questão 57

Acerca do Direito Administrativo na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- A) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos soberanos, nos termos desta Constituição.
- B) Compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III.
- C) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros na forma da lei, assim como aos estrangeiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

D) Somente por lei complementar poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei específica, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

E) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, estável ou não, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Questão 58

No caso de inexigibilidade e em qualquer dos casos de dispensa de licitação, se comprovado superfaturamento, respondem:

- A) solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
- B) subsidiariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor, o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
- C) subsidiariamente pelo dano causado à Fazenda Pública ou à pessoa privada o fornecedor, o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
- D) solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor, o prestador de serviços e o agente público responsável, com prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
- E) subsidiariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.



Criminologia

Questão 59

A criminologia moderna pode ser conceituada como:

- A) Ciência empírica e multidisciplinar que estuda as formas como os crimes são cometidos.
- B) Ciência empírica e social que estuda o criminoso, a pena e o controle social.
- C) Ciência jurídica e interdisciplinar que estuda as formas como os crimes são cometidos.
- D) Ciência jurídica e multidisciplinar que estuda o crime, o criminoso, a pena e a vítima.
- E) Ciência empírica e interdisciplinar que estuda o crime, o criminoso, a vítima e o controle social.

Questão 60

A criminologia contemporânea utiliza os seguintes métodos de estudo:

- A) dedutivo e dogmático
- B) dedutivo e interdisciplinar
- C) dogmático e lógico-abstrato
- D) empírico e interdisciplinar
- E) empírico e lógico-abstrato

Questão 61

Podemos dizer que atualmente a criminologia tem por objetos de estudo:

- A) o delito, o delinquente, a vítima e o controle social
- B) o delito, o delinquente e o controle social
- C) a tipificação do delito e a cominação da pena
- D) o delito e o delinquente
- E) a vítima e o controle social

Questão 62

Dentre outras, são funções da criminologia:

- A) o processo e o julgamento do criminoso
- B) a profilaxia das enfermidades mentais criminosas

- C) o ressarcimento da vítima pelos danos sofridos
- D) a prevenção do fenômeno criminal
- E) a vingança pública do criminoso

Questão 63

Sobre as ciências criminais, podemos afirmar:

- A) Cabe ao direito penal estudar o crime, o criminoso, a vítima e o controle social.
- B) A política criminal define as condutas consideradas como crime e indica as penas correlatas.
- C) A criminologia considera o crime uma norma jurídica.
- D) Compete ao direito penal estudar estratégias para a diminuição da criminalidade na sociedade.
- E) A criminologia considera o crime um fato social.

Questão 64

O entendimento de que o criminoso é um ser determinado e anormal e a pena deve servir como defesa social é o pensamento da escola criminológica _____ cujos principais autores são _____. Escolha a alternativa que preencha corretamente às lacunas.

- A) Escola Positiva; Cesare Lombroso, Enrico Ferri e Rafael Garofalo.
- B) Escola Clássica; Cesare Bonesana, Francesco Carrara e Franz Gall.
- C) Escola Positiva; Marques de Beccaria e Adolphe Quetelet.
- D) Escola Moderna Alemã; Marques de Beccaria e Cesare Bonesana.
- E) Escola Clássica; Cesare Bonesana e Cesare Lombroso.

Questão 65

Dentre as teorias sociológicas de consenso, a Escola de Chicago (e suas teorias) se propôs a estudar:

- A) A aprendizagem social do comportamento criminoso



- B) A inobservância das regras de conduta social
- C) A relação entre o aumento da criminalidade e as grandes cidades
- D) A formação de grupos com regras próprias de conduta
- E) O mimetismo criminal

Questão 66

Dentre as teorias sociológicas de conflito, a crítica ao fato de que a prisão estigmatiza o indivíduo, fazendo com que o criminoso acabe assumindo o papel social a ele designado, é o pensamento da:

- A) Teoria da Anomia
- B) Teoria da Subcultura Delinquente
- C) Teoria do Labelling Approach ou Etiquetamento
- D) Teoria Crítica
- E) Teoria da Aprendizagem Social

Questão 67

Controle social pode ser entendido como o conjunto de meios, órgãos e estratégias que objetivam submeter os indivíduos às regras sociais. Neste contexto, não podem ser definidos como agentes formais de controle social:

- A) Polícia civil e polícia militar
- B) Sistema de justiça criminal
- C) Ministério público e defensoria pública
- D) Família e igreja
- E) Sistema de administração penitenciária

Questão 68

A atuação da polícia e do sistema de justiça criminal, apesar de agirem após a ocorrência do crime, constitui programa de:

- A) Prevenção Primária
- B) Prevenção Secundária
- C) Prevenção Terciária
- D) Prevenção Especial
- E) Prevenção Vitimária

Questão 69

Destina-se a atuar na educação, emprego, moradia e segurança, onde o Estado deve garantir o exercício dos direitos sociais a todos. O texto se refere à:

- A) Prevenção Primária
- B) Prevenção Secundária
- C) Prevenção Terciária
- D) Prevenção Especial
- E) Prevenção Vitimária

Questão 70

O recluso é o destinatário perfeitamente identificável e o desestímulo à reincidência é o objetivo certo e determinado da:

- A) Prevenção Primária
- B) Prevenção Secundária
- C) Prevenção Terciária
- D) Prevenção Especial
- E) Prevenção Vitimária

Questão 71

O modelo integrador de reação ao crime, também conhecido como justiça restaurativa, tem como principais objetivos:

- A) Punir o criminoso para castigá-lo e retribuir-lhe o mal pelo delito praticado.
- B) Proteger os bens jurídicos violados pelo crime.
- C) Aplicar a pena ao condenado, buscando desestimulá-lo à prática de novos delitos.
- D) Buscar a recuperação do criminoso e a reparação da vítima.
- E) Reinserir o condenado à sociedade por meio da religião e da laborterapia.



Direito Constitucional

Questão 72

A Constituição Federal de 1988 inovou, ao estabelecer princípios que governam as relações internacionais, marque a alternativa que NÃO contempla os princípios fixados pela CF.

- A) Independência nacional, prevalência dos direitos humanos, defesa da paz.
- B) Concessão de asilo político, solução pacífica de conflitos, defesa da paz, igualdade entre os Estados.
- C) Não intervenção, autodeterminação dos povos, igualdade entre os Estados.
- D) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, não-intervenção, prevalência de direitos humanos.
- E) Integração econômica entre os povos, prevalência de direitos humanos, erradicação das desigualdades.

Questão 73

Sobre os direitos fundamentais garantidos na Constituição (CRFB), segundo o Supremo Tribunal Federal (STF),

- A) o Estado, ao lançar mão de ações afirmativas, como as cotas raciais, desafia os princípios da igualdade, da moralidade e da eficiência, além de fomentar o preconceito.
- B) como não há direito absoluto, o direito à liberdade é incompatível com a produção de biografias não autorizadas ou com a veiculação de charges, sátiras e paródias sobre candidatos em programas humorísticos durante o período eleitoral.
- C) a interrupção voluntária da gestação até o segundo trimestre de gravidez deixou de configurar o crime de aborto.
- D) o direito de o preso não ser submetido a tratamento desumano ou degradante cede quando em confronto com o direito à segurança da sociedade, inclusive porque é do Poder Executivo estadual a responsabilidade pelo estado de coisas inconstitucional do sistema prisional.

E) o transgênero, pessoa que não se identifica psiquicamente com seu gênero biológico, se assim o desejar, pode, independentemente da cirurgia de redesignação sexual ou da realização de tratamentos hormonais, solicitar a alteração de seu prenome e de seu gênero (sexo) diretamente no registro civil.

Questão 74

A respeito das competências das CPI e do controle jurisdicional, assinale a opção correta, segundo o entendimento doutrinário e a jurisprudência do STF.

- A) A CPI tem poder para requisitar de operadoras de telefonia acesso a informações que estejam sob sigilo de justiça em processo judicial.
- B) Eventual decretação da quebra de sigilo telefônico por CPI está isenta de posterior controle judicial.
- C) Concluídos os trabalhos, a CPI poderá encaminhar o seu relatório circunstanciado à autoridade policial.
- D) O fornecimento de informações resguardadas sob sigilo bancário independe de aprovação pelo plenário da CPI.
- E) Busca e apreensão domiciliar podem ser determinadas pela CPI, independentemente de ordem judicial.

Questão 75

O foro por prerrogativa de função, segundo o Supremo Tribunal Federal (STF),

- A) pode ser previsto, pela Constituição Estadual, em favor dos Delegados de Polícia, em respeito à autonomia dos estados-membros e ao princípio federativo.
- B) teve seu rol de beneficiários reduzido recentemente pelo STF, a exemplo do que já acontece em outros países, como Alemanha, Itália e Portugal.
- C) inicia-se com a diplomação do parlamentar federal e encerra-se com o término do mandato, qualquer que seja o estágio do processo.
- D) cessa, e o processo segue para a primeira instância se o parlamentar renunciar ou perder o



cargo durante o prazo para apresentação de alegações finais.

E) por mutação constitucional, passou a aplicar-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e diretamente relacionados às suas funções, de modo que o crime cometido por parlamentar após a diplomação, mas sem relação direta com o cargo, será processado e julgado em primeiro grau.

Questão 76

Suponha que o Presidente da República, depois de ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretou estado de defesa para restabelecer a paz social ameaçada por grave e iminente instabilidade institucional no local X. Nesse caso, é certo assinalar que

A) o estado de defesa poderá ser instituído pelo prazo máximo de 45 dias, prorrogado uma única vez por mais 45 dias.

B) o decreto poderá restringir tanto o sigilo de comunicação telegráfica como telefônica.

C) o decreto que instituir o estado de defesa poderá se dar por prazo indeterminado em casos de grave violação da ordem pública.

D) na vigência do estado de defesa a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a 30 dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.

E) o direito de reunião poderá ser restringido, excetuando-se naquelas exercidas no seio das associações.

Questão 77

Na ausência de lei federal sobre um determinado tema, de competência legislativa concorrente, em 1995, o Estado do Espírito Santo exerceu sua competência legislativa em matéria de proteção e defesa da saúde, nos termos da Constituição Federal, editando lei estadual que proibiu o uso de determinada substância no território estadual. Em 2007, a União editou lei federal que regulou o uso dessa mesma substância, permitindo-o, ainda que de forma restrita. No entanto, a lei federal foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Não foi

suspensa a aplicação da norma federal, no entanto, ela foi declarada inconstitucional, em 2017. Com isso, a lei estadual deve ser considerada

A) inválida, pois no âmbito da competência legislativa concorrente, caberia ao Município – e não ao Estado – legislar sobre proteção e defesa da saúde, sobretudo se o uso da substância for relacionado ao interesse local.

B) válida, pois a superveniência de lei federal apenas suspende a eficácia da lei estadual no âmbito da competência concorrente, de modo que, com a declaração de inconstitucionalidade da lei federal, a norma estadual teve sua eficácia restabelecida.

C) inválida, pois a declaração de inconstitucionalidade da lei federal não restabelece a eficácia da lei estadual, tendo como efeito apenas a devolução da competência ao Estado para legislar sobre normas gerais enquanto não for editada nova lei federal.

D) válida, pois a lei federal não revoga nem suspende a eficácia da lei estadual; em casos em que as normas federal e estadual forem incompatíveis, caberá ao Supremo Tribunal Federal decidir qual delas é aplicável.

E) inválida, pois a competência legislativa concorrente permite que o Estado exerça sua competência suplementar somente após a União exercer plenamente sua competência de legislar sobre normas gerais.

Questão 78

A respeito da organização da República Federativa do Brasil e conforme o entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa INCORRETA.

A) Não há na CF previsão expressa da exigência de autorização prévia de assembleia legislativa para o processamento e julgamento de governador por crimes comuns perante o STJ. Dessa forma, inexistente fundamento normativo-constitucional expresso que faculte aos Estados-membros fazerem essa exigência em suas Constituições estaduais. Não há, também, simetria a ser observada pelos Estados-membros.

B) É inconstitucional a lei estadual que estabeleça como condição de acesso a licitação pública, para aquisição de bens ou serviços, que a empresa



licitante tenha a fábrica ou sede no Estado-membro.

C) O inciso XIV do Art. 29 da CF/1988 estabelece que as prescrições do Art. 28 relativas à perda do mandato de governador aplicam-se ao prefeito, qualificando-se, assim, como preceito de reprodução obrigatória por parte dos Estados-membros e Municípios.

D) O Município pode editar legislação própria, com fundamento na autonomia constitucional que lhe é inerente (CF, Art. 30, I), com objetivo de determinar, às instituições financeiras, que instalem, em suas agências, em favor dos usuários dos serviços bancários (clientes ou não), equipamentos destinados a proporcionar-lhes segurança (tais como portas eletrônicas e câmaras filmadoras) ou a propiciar-lhes conforto, mediante oferecimento de instalações sanitárias, ou fornecimento de cadeiras de espera, ou colocação de bebedouros, ou horário de funcionamento, ou, ainda, prestação de atendimento em prazo razoável, com a fixação de tempo máximo de permanência dos usuários em fila de espera.

E) Segundo a CF/88, a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Ainda, segundo dispõe o mesmo diploma legal, o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

Questão 79

Os direitos fundamentais despontaram para a assegurar às pessoas a possibilidade de ter uma vida digna, livre e igualitária. Os direitos e garantias fundamentais estão disponíveis na CF/1988 do artigo 5º ao 17º dispostos em direitos e garantias individuais, civis, políticos, sociais, econômicos, culturais, difusos e coletivos. Os direitos e deveres individuais e coletivos são encontrados nas constituições de quase todos os países democráticos. O constitucionalismo moderno indica que esses direitos sejam ponto de partida na ordem jurídica. Isso posto, assinale a alternativa INCORRETA em relação aos citados direitos e deveres.

A) Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

B) A decisão que determina o arquivamento de inquérito policial, a pedido do Ministério Público e determinada por juiz competente, que reconhece que o fato apurado está coberto por excludente de ilicitude, não afasta a ocorrência de crime quando surgirem novas provas, suficientes para justificar o desarquivamento do inquérito.

C) Cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.

D) A utilização de gravação de conversa telefônica feita por terceiro com a autorização de um dos interlocutores sem o conhecimento do outro é lícita, quando há, para essa utilização, excludente da antijuridicidade.

E) A CF autoriza a prisão em flagrante como exceção à inviolabilidade domiciliar, prescindindo de mandado judicial.

Questão 80

A Casa na qual tenha sido concluída a votação de projeto de lei deverá enviá-lo ao Presidente da República que, ao considerar o projeto

A) no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento.

B) inconstitucional, em parte, poderá apor veto parcial, no prazo de quinze dias úteis, abrangendo artigo, parágrafo, inciso, alínea ou expressão verbal.

C) no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de trinta dias contados da data do recebimento.

D) contrário ao interesse público, vetá-lo-á totalmente, não podendo fazê-lo, neste caso, de forma parcial, já que não há como cindir o interesse público.

E) no todo ou em parte, inconstitucional, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de vinte dias contados da data do recebimento.



Questão 81

Conforme a CF, às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, cabe

- A) exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras.
- B) patrulhar ostensivamente as ferrovias federais.
- C) apurar as infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União.
- D) exercer as funções de polícia judiciária e apurar as infrações penais, excetuadas as de natureza militar.
- E) responder pelo policiamento ostensivo, pela preservação da ordem pública e pela defesa civil.

Questão 82

Sobre a segurança pública, à luz da Constituição da República em vigor e dos entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa correta.

- A) No entendimento atual do STF, é constitucional a exigência de dispositivo de Constituição Estadual que exija que o Superintendente da Polícia Civil seja um delegado de polícia integrante da classe final da carreira.
- B) Conforme já pronunciou o STF, é dever do Estado manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico, sendo de sua responsabilidade, nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição da República, a obrigação de ressarcir os danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento.
- C) O Distrito Federal tem por peculiaridade que a sua polícia civil e sua polícia militar sejam organizadas e mantidas pela União, nos termos da Constituição da República, e não sejam subordinadas ao Governador do Distrito Federal.
- D) O Estado-membro responsável pela unidade prisional é que deverá pagar a indenização por danos morais ao preso se os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico forem descumpridos. Esse pagamento, conforme o

STF, pode se dar em pecúnia ou por meio de remição da pena.

E) O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis, embora possa ser permitido de forma lícita em situações excepcionais a outros servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.

Questão 83

O controle de constitucionalidade preventivo pode dar-se durante o processo legislativo por meio do veto por inconstitucionalidade, também denominado

- A) veto jurídico, e pela impetração de mandado de segurança, por parlamentar, voltado a preservar o decoro parlamentar.
- B) veto jurídico, e pela impetração de mandado de segurança, por partido político, voltado a preservar o decoro parlamentar.
- C) veto jurídico, e pela impetração de mandado de segurança, pelo Procurador-Geral da República, voltado a preservar o devido processo legislativo.
- D) veto político, e pela impetração de mandado de segurança, por parlamentar, voltado a preservar o devido processo legislativo.
- E) veto jurídico, e pela impetração de mandado de segurança, por parlamentar, voltado a preservar o devido processo legislativo.

Questão 84

Sobre o controle de constitucionalidade exercido pelo Supremo Tribunal Federal, afirma-se que o Supremo tem recorrido a diversas técnicas de decisão chamadas de sentenças intermediárias. A expressão sentença intermediária "compreende uma diversidade de tipologia de decisões utilizadas pelos Tribunais Constitucionais e/ou Cortes Constitucionais em sede de controle de constitucionalidade, com o objetivo de relativizar o padrão binário do direito (constitucionalidade/inconstitucionalidade)".

FERNANDES, Bernardo. *Curso de Direito Constitucional*. 9a. ed. Salvador: Juspodivm. 2017, p. 1.578.



Sobre tais técnicas, verifica-se que

- A) a modulação temporal não é utilizada nos julgamentos do STF em casos de controle difuso.
- B) a "declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade" é equivalente ao "apelo ao Legislador".
- C) o Supremo Tribunal Federal, em algumas ocasiões, não fez uma distinção rigorosa entre as sentenças interpretativas de "interpretação conforme a Constituição" e "declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto".
- D) o Supremo Tribunal Federal rejeita a utilização de sentenças transitivas.
- E) as sentenças aditivas produzem os mesmos efeitos das sentenças substitutivas.

Direitos Humanos

Questão 85

Sobre o processo de incorporação dos tratados internacionais de Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

- A) Após a Emenda Constitucional no 45/04, que acrescentou o § 3º ao art. 5º da Constituição Federal, e entendimento do Supremo Tribunal Federal, os tratados internacionais de Direitos Humanos possuem status infraconstitucional, a depender do respectivo processo legislativo envolvido.
- B) Os tratados aprovados pelo Congresso Nacional na forma do art. 5º, § 3º, da Constituição Federal possuem hierarquia e força normativa supralegal.
- C) A simples assinatura de um tratado internacional não gera efeito no ordenamento jurídico interno se não referendado pelo Congresso Nacional, tendo em vista a necessidade de ratificação.
- D) Os tratados internacionais que não versam sobre direitos humanos possuem, como regra geral, hierarquia de lei complementar.
- E) A aplicação dos tratados internacionais de direitos humanos no plano interno inicia-se a partir do ato de assinatura do Estado brasileiro perante o organismo internacional.

Questão 86

De acordo com a Constituição Federal, não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel. Não obstante as duas exceções, a prisão do depositário infiel não é admitida

- A) pois a Convenção Americana de Direitos Humanos possui hierarquia supraconstitucional.
- B) pois, para a regulamentação, é necessário existir norma internacional autorizante.
- C) pois a Convenção Americana de Direitos Humanos é norma supralegal, que excepciona apenas a prisão civil do devedor de alimentos, de modo que o legislador infraconstitucional se vê impedido de regulamentar o preceito constitucional.
- D) por decisão do STF.
- E) pois há vedação expressa à prisão do depositário infiel no Protocolo de San Salvador.

Questão 87

Sobre os Direitos Humanos e a responsabilidade dos estados, assinale a alternativa correta.

- A) Em respeito à soberania, o Estado não pode ser responsabilizado internacionalmente a fazer ou deixar de fazer algo no âmbito interno. Quanto às condenações, elas se limitam a obrigações de dar.
- B) Prevalece que, em matéria de Direitos Humanos, a responsabilidade é objetiva. Para tanto, faz-se necessário verificar a violação de uma obrigação internacional, acompanhada do nexo de causalidade entre a mencionada violação e o dano sofrido.
- C) Prevalece o entendimento de que a responsabilidade internacional do Estado por violações de Direitos Humanos é subjetiva, pelo que se faz necessário demonstrar dolo ou culpa no caso concreto.
- D) Prevalece o entendimento de que a responsabilização internacional do Estado ocorre apenas quando as instituições nacionais forem omissas na tarefa de proteger os direitos humanos, em respeito à soberania do estado.



E) A responsabilização internacional não é possível na prática por falta de órgão que execute eventuais sentenças condenatórias.

Questão 88

Segundo a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, para a caracterização da tortura

- A) é irrelevante se o ato é praticado por funcionário público ou por agente particular.
- B) é irrelevante a finalidade do ato.
- C) é essencial que o sofrimento seja consequência unicamente de sanções legítimas.
- D) é relevante o local onde ocorre.
- E) é essencial a intenção de infligir dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais.

Direito Civil

Questão 89

Sobre o domicílio, é correto afirmar que

- A) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, será considerado domicílio para os atos nele praticados, o primeiro a ser constituído.
- B) O domicílio dos Territórios será o Distrito Federal.
- C) O domicílio do marítimo é o local onde o navio estiver matriculado.
- D) O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado na capital do último ponto do território brasileiro onde o teve.
- E) Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, a pessoa jurídica, o marítimo e o preso.

Questão 90

Manuel passa em frente à casa de Silas todos os dias para ir trabalhar. Toda vez que passa pelo local, Manuel provoca o cachorro de Silas, que fica preso próximo ao portão, deixando o animal muito

irritado. Certo dia, ao passar pelo portão, Manuel provocou novamente o cachorro, colocando a mão para dentro do portão, mas o animal se irritou tanto que o quebrou e atacou Manuel, arrancando parte da sua mão. Sobre o caso, é correto afirmar que

- A) Silas deverá indenizar Manuel, pois a responsabilidade por fato de animal é objetiva, não admitindo excludente de responsabilidade.
- B) Silas não será responsabilizado se provar que a culpa pelo dano é da vítima, Manuel.
- C) A responsabilidade de Silas é subjetiva, devendo Manuel provar que ele agiu com culpa ao deixar o animal se soltar.
- D) Trata-se de culpa concorrente, pois Silas é responsável pelo animal ter quebrado o portão e Manuel responsável por colocar a mão no portão e provocar o animal.
- E) A responsabilidade de Silas é subjetiva, admitido como única excludente de responsabilidade a força maior.

Questão 91

Lei nova regulou inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior. Sobre o caso, é correto afirmar que

- A) A lei anterior não foi revogada, pois só é permitida a revogação expressa.
- B) Caso a lei nova seja revogada, sem nova regulação, a lei anterior se restaura, voltando a vigor, de modo a evitar a lacuna normativa.
- C) Caso sejam feitas correções no texto da lei, após sua entrada em vigor, não será considerada lei nova.
- D) Não dispendo outro prazo, a lei nova entrará em vigor em quarenta e cinco dias, depois de sua publicação oficial (art. 45).
- E) No estrangeiro, a lei nova será obrigatória após noventa dias depois de oficialmente publicada.



Questão 92

Serão registrados em registro público:

- A) os nascimentos, os casamentos, os óbitos e o divórcio.
- B) a sentença declaratória de ausência e de morte presumida e os atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação.
- C) a interdição por incapacidade absoluta ou relativa e as sentenças que decretarem a nulidade ou anulação do casamento, o divórcio, a separação judicial e o restabelecimento da sociedade conjugal.
- D) dos atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação.
- E) a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz.

Medicina Legal Judiciária

Questão 93

No sistema de Vucetich, a letra X, na fórmula datiloscópica, indica:

- A) Impressão digital defeituosa.
- B) Polidactília
- C) Dedo amputado
- D) Verticilo
- E) Sindactília

Questão 94

Comparando-se o orifício de entrada de projétil de arma de fogo, em tiro à distância, com o instrumento que o produziu, verifica-se geralmente, que o diâmetro daquela em relação ao deste é:

- A) Maior, devido à expansão da munição.
- B) Maior, devido à energia cinética do projétil.
- C) Menor, devido à elasticidade da pele da vítima.
- D) Do mesmo diâmetro, uma vez que o projétil permanece em igual trajeto.
- E) Do mesmo diâmetro, uma vez que o projétil perde energia durante o trajeto.

Questão 95

A marca de *Jellineck* é observada nos casos de:

- A) Eletroplessão
- B) Eletrocussão
- C) Choque elétrico causado por voltagens altas
- D) Choque elétrico causado por amperagens altas
- E) Asfixia mecânica

Questão 96

Os cristais de Florence são encontrados nas perícias médico-legais de material retirado (material examinado) de manchas de:

- A) Sangue humano
- B) Sangue animal
- C) Esperma
- D) Suor
- E) Saliva

Legislação Estadual

Questão 97

Dentre as várias vantagens pecuniárias previstas no Estatuto Geral e no Estatuto da PC-ES, existe uma que é destinada para despesas extraordinárias decorrentes de compromissos de ordem social ou profissional que é denominada como:

- A) Gratificação de função de chefia.
- B) Gratificação de risco de vida.
- C) Gratificação adicional por tempo de serviço.
- D) Gratificação de representação.
- E) Gratificação de magistério.

Questão 98

São transgressões médias previstas no Estatuto dos Funcionários Policiais Cíveis do Espírito Santo, com exceção de:

- A) Negligenciar a utilização e guarda de objetos pertencentes à repartição policial e que, em decorrência da função ou para seu exercício, lhe



haja sido confiados, possibilitando que os danifiquem ou extraviem.

B) Utilizar, ceder ou permitir que outrem use objetos arrecadados, recolhidos ou apreendidos pela polícia.

C) Deixar de exercer a autoridade compatível à sua classe, cargo ou função ou prevalecer-se, abusivamente da condição de funcionário policial.

D) comparecer a qualquer ato de serviço em visível estado de embriaguez ou ingerir bebidas alcoólicas durante o mesmo.

E) Deixar de assumir no prazo legal, a função para a qual foi designado;

Questão 99

Sobre as prerrogativas básicas de todos os policiais civis do Espírito Santo, assinale abaixo a alternativa incorreta:

A) Assistência jurídica prestada pelo Estado, quando submetido a processo em juízo em razão do exercício do cargo.

B) Portar armas, mesmo na inatividade, mediante autorização do órgão competente.

C) O uso de insígnia e identificação funcional.

D) Assistência médico-hospitalar às expensas do Estado, quando ferido ou acidentado em serviço.

E) O desempenho de cargos e funções compatíveis com a sua condição hierárquica.

Questão 100

A transgressão disciplinar de divulgar ou propiciar divulgação de fatos ocorridos na repartição, cometida pelo servidor policial civil é considerada:

A) Leve;

B) Média;

C) Grave;

D) Gravíssima

E) O Estatuto não prevê penalidades para este caso.